



CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA
ESTADO DE SÃO PAULO

PROJETO DE Lei nº 88/94

AUTOR: CHEFE DO EXECUTIVO

ASSUNTO: DISPÕE SOBRE A DESAFETAÇÃO DE ÁREA DE USO
COMUM, SUA INTEGRAÇÃO À CATEGORIA DE BENS DOMINIAIS
E SOBRE A OUTORGA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL
DE USO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

UNA

de
sas

nta)
timo

idos

ária

rios

ção

s de

o e

bras

ou

ctivo

que,

tura



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IBIÚNA

GABINETE DO PREFEITO

FLS 02
[Handwritten signature]

MENSAGEM 269/94.

interessados como da Administração. Afinal, continuará o imóvel pertencente ao Patrimônio Municipal, e, no caso de descumprimento das condições estabelecidas, Ibiúna, 26 de Setembro de 1994.

*Leit. de Bm
Luis Carlos
Vencadores e
Comissão*

SENHOR PRESIDENTE

SECRETARIA ADMINISTRATIVA

Projeto de Lei n.º 00/94
Recebido em 24 de 09 de 19 94
Prazo venc. em de de 19
Recebido por *[Handwritten signature]*

26/09/94
[Handwritten signature]
Juracy Florêncio Pinto
PRESIDENTE

Com o presente, estou encaminhando a Vossa Excelência, para que seja apreciado pelos dignos componentes dessa Casa de Leis, o anexo Projeto de Lei que dispõe sobre concessão de direito real de uso, sobre imóvel de 20.000 (vinte mil) metros quadrados, pertencente ao Patrimônio Municipal, a entidade escolar que implante, no imóvel, cursos de ensino superior.

plantando, em seu lugar, modernos prédios que abrigarão a tão sonhada faculdade para os jovens ibiunenses. A finalidade desta propositura, assim, é garantir que Ibiúna venha a contar com a sua tão almejada faculdade. Em incessantes contatos com empresários do setor, este Executivo pôde verificar que há interesse na implantação de cursos superiores em Ibiúna, desde que haja, por parte da Prefeitura, colaboração consistente na cessão do terreno.

Diante do óbvio interesse público que rege a matéria, deliberamos optar pela concessão de direito real de uso, instituto que melhor se adequa às



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IBIÚNA

GABINETE DO PREFEITO

19.03
AR

É por esse motivo que esperamos contar com a equanimidade das pretensões tanto dos interessados como da Administração. Afinal, continuará o imóvel pertencente ao Patrimônio Municipal, e, no caso de descumprimento das condições estabelecidas, a reversão será automática e imediata.

Restava escolher o imóvel a conceder. Resolvemos por parte do imóvel onde hoje está situado o "lixão", local que abriga todo o lixo recolhido no Município de Ibiúna, inclusive da zona rural. Situado em zona nobilíssima, com área de mais de 80.000 metros quadrados, o terreno será, dentro de pouco tempo, recuperado, já que o lixo será disposto em Aterro Sanitário municipal, que estamos implantado em outro local, distante, em área maior e mais adequada para o fim a que se destina.

Excelentíssimo Senhor

Juracy Florer Assim, de uma só vez, ao mesmo tempo em que resolveremos o problema da disposição do lixo, em aterro sanitário distante da cidade, também promoveremos a recuperação imediata do atual "lixão", implantando, em seu lugar, modernos prédios que abrigarão a tão sonhada faculdade para os jovens ibiunenses.

É um projeto arrojado, trabalhoso, mas que, ao mesmo tempo, solucionará tanto o problema de reurbanização da área do "lixão", como proporcionará ensino superior aos ibiunenses, em tudo contribuindo para o progresso do nosso povo.

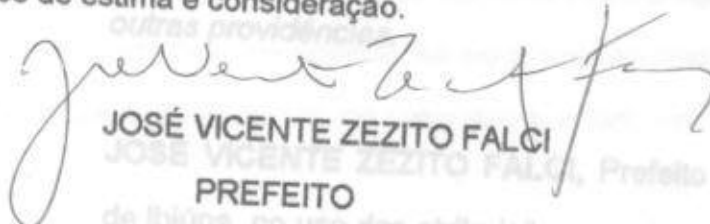


PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IBIÚNA

GABINETE DO PREFEITO

É por esse motivo que esperamos contar com a aquiescência dos nobres vereadores, na aprovação deste projeto, que, pela sua relevância e urgência, pedimos seja apreciado no menor prazo previsto pela legislação específica.

Na oportunidade, apresento a Vossa Excelência, extensivamente a seus pares, protestos de estima e consideração.


JOSÉ VICENTE ZEZITO FALCI
PREFEITO

Excelentíssimo Senhor

Juracy Florencio Pinto

DD. Presidente da Câmara Municipal

IBIUNA - SP

ARTIGO 1o. - Fica desafetada do uso comum do povo e integrada na categoria dos bens dominicais, uma área pública com 20 mil metros quadrados, situada no Bairro do Curral, deste Município, a qual se destacada da área maior, de propriedade do Município, devidamente transcrita sob a 3010, fls. 196 do Livro 3-D do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ibiúna.

ARTIGO 2o. - Fica o Executivo Municipal, através de concessão pública, autorizado a transferir o uso da área desafetada pelo artigo anterior, mediante concessão de direito real de uso, com cláusula de exclusividade, à

PROTÓCOLO

09/09/95

CÂMARA MUNICIPAL
DISTRITO DE IBIÚNA



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IBIÚNA

GABINETE DO PREFEITO

08/94

FL 05

PROJETO DE LEI N. 289/94.

DE 26 DE SETEMBRO DE 1994.

seguintes condições mínimas:-

- I - prazo máximo de 20 (vinte) anos,
- II - intransferibilidade da concessão,
- III - inalterabilidade da concessão de direito real de uso, e dá outras providências.
- IV - início das obras de saneamento no prazo máximo de 90 (noventa)

das a partir da lavratura do instrumento de concessão, e término no prazo máximo de 12 (doze) meses;

V - início dos cursos de ensino superior no prazo máximo de 12 (doze) meses a partir da lavratura da concessão.

JOSÉ VICENTE ZEZITO FALCI, Prefeito do Município de Ibiúna, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

PARÁGRAFO 1o. - Outorgada a concessão, fica a concessionária

autorizada a fechar a área concedida, bem como a promover a obra para consolidar o direito da concessão, que será iniciada após elaboração de planta e memorial descritivo, e lavratura de escritura pública de concessão.

ARTIGO 1o. - Fica desafetada do uso comum do povo e integrada na categoria dos bens dominicais, uma área pública com 20.000 (vinte mil) metros quadrados, situada no Bairro do Curral, deste Município, a qual deverá ser destacada de área maior, de propriedade do Município, devidamente transcrita sob n. 3010, fls. 196 do Livro 3-D do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ibiúna.

PARÁGRAFO 3o. - Do edital de concorrência e do respectivo

ARTIGO 2o. - Fica o Executivo Municipal, através de concorrência pública, autorizado a transferir o uso da área desafetada pelo artigo anterior, mediante concessão de direito real de uso, com cláusula de exclusividade, à



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IBIÚNA

GABINETE DO PREFEITO

RESOLUÇÃO
12/06

entidade que, na referida licitação, habilitar-se para implantação de estabelecimento de ensino superior, com as respectivas edificações, observadas as seguintes condições mínimas:-

- I - prazo máximo de 20 (vinte) anos, renovável por igual período;
- II - intransferibilidade da concessão no ou em parte;
- III - inalterabilidade da destinação das áreas objeto da concessão;
- IV - início das obras de edificações no prazo máximo de 90 (noventa) dias a partir da lavratura do instrumento de concessão, e término no prazo máximo de 12 (doze) meses;
- V - início dos cursos de ensino superior no prazo de um ano, contados da lavratura da concessão.

PARÁGRAFO 1o. - Outorgada a concessão, fica a concessionária autorizada a fechar a área concedida, bem como a promover os atos necessários para consolidar o direito ora outorgado, que se consubstanciará após elaboração de planta e memorial descritivo, e lavratura de escritura pública de concessão.

PARÁGRAFO 2o. - As edificações destinadas a abrigar os cursos de ensino superior somente poderão ser iniciadas mediante prévia aprovação e expressa autorização da Prefeitura, e, uma vez edificadas, ficarão as obras incorporadas ao patrimônio do Município, independentemente de indenização ou compensação de quaisquer naturezas.

PARÁGRAFO 3o. -Do edital de concorrência e do respectivo instrumento de concessão constará obrigatoriamente cláusula, determinando que, se não iniciado o curso superior dentro do prazo de um ano, contados da lavratura do instrumento, a concessão ficará automaticamente rescindida, revertendo ao



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IBIÚNA

GABINETE DO PREFEITO

12.07
[Signature]

patrimônio do Município todas e quaisquer benfeitorias que, nesse prazo, tenham sido introduzidas no imóvel ora concedido.

ARTIGO 3o. - A concessionária, às suas expensas e enquanto vigorar a concessão, deverá:

- I - guardar, conservar e aprimorar as áreas objeto da concessão;
- II - urbanizar as áreas não utilizadas, mediante projetos aprovados pela concedente;
- VI - comunicar, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas de sua ocorrência, qualquer ato de esbulho ou turbção que tenha por objeto as áreas envolvidas pela concessão;
- VI - permitir que os agentes públicos ingressem na área, objeto da concessão de direito real de uso, na prática normal de suas funções e fiscalização do cumprimento das condições da outorga;
- VII - providenciar a lavratura do instrumento de concessão no prazo de 30 (trinta) dias contados da sanção desta Lei;
- VIII - satisfazer todas as despesas com a lavratura do instrumento e seu registro no cartório competente e dos demais atos que se fizerem necessários para o fiel cumprimento desta Lei.

PARÁGRAFO 1o. - Além das previstas nos incisos deste artigo, o concedente poderá, no instrumento de concessão, estabelecer outras obrigações, deveres e responsabilidades a cargo da concessionária.

PARÁGRAFO 2o. - Fica o Executivo autorizado a prestar serviços de terraplanagem e motonivelamento na área concedida, até o limite de 200

APPROVADO
CAMARA MUNICIPAL DE IBIUNA
Em 10 de [] de 19 []

[Signature]
PRESIDENTE
1º SECRETÁRIO



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IBIÚNA

GABINETE DO PREFEITO

FL. 08
[Handwritten signature]

(duzentas) horas-máquinas, recolhidas pela concessionária as taxas respectivas aos cofres municipais.

ARTIGO 4o. - A concessão não libera a concessionária de qualquer obrigação, dever ou responsabilidade a que deva observarem razão de medidas legais ou jurídicas.

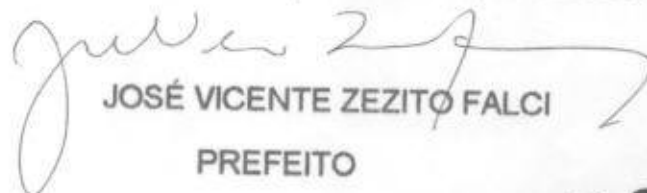
ARTIGO 5o. - Será aplicada à concessionária, pelo descumprimento de quaisquer das disposições desta Lei ou do instrumento de concessão, a pena de rescisão, sem que lhe caiba quaisquer direitos e indenizações, seja a que título for.

PARÁGRAFO ÚNICO - A pena a ser aplicada, referida neste artigo, será efetivada após esgotado o prazo de 5 (cinco) dias para defesa da concessionária, e desde que esta venha a ser considerada culpada.

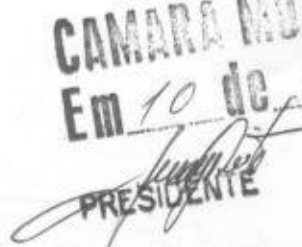
ARTIGO 6o. - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações próprias do orçamento vigente.

ARTIGO 7o. - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Ibiúna, 26 de setembro de 1994


JOSÉ VICENTE ZEZITO FALCI
PREFEITO

APROVADO
CAMARA MUNICIPAL DE IBIUNA
Em 10 de 10 de 1994


PRESIDENTE

1: SECRETÁRIO



CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA

CERTIDÃO:

Certifico que o Projeto de Lei nº. 88/94 de autoria do Chefe do Executivo deu entrada na Secretaria Administrativa da Câmara no dia 26 p. passado, sendo lido no expediente da Sessão Ordinária da mesma data.

Certifico mais, conforme Despacho do Sr. Presidente foram extraídas e entregues fotocópias aos Srs. Vereadores, e às Comissões para exararem parecer. Ibiúna, 27 de setembro de 1994.

Amauri Gabriel Vieira
Diretor de Divisão do Procs. Legislativo



GABINETE

Off

SEN

sã
je
de
so
pr
te
a)
mo
-1

SECRETARIA

CERTIDÃO

Certifico que o Projeto de Lei nº. 1813 de autoria do Chefe do Executivo foi enviado ao Secretário Administrativo da Câmara no dia 26 p. passado, sendo lido no expediente da sessão Ordinária da mesma data.

Certifico mais, conforme Despacho de Sr. Presidente da Câmara, e em resposta às solicitações dos Senhores Vereadores, e da Comissão para examinar o Projeto, lido na sessão de 1954.

Em 26 de maio de 1954

João de Deus, Executivo, autor do projeto, copia de muitas publicações da área em questão, bem como mapa e memorial descritivo de área a ser desapropriada.

Shirley, 08 de outubro de 1954

João de Deus

Presidente da Comissão de Legislação e Jurisprudência



GABINETE

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

Fls 10
[Handwritten signature]

Ofício GPC nº. 295/94

Ibiúna, 10 de outubro de 1994.

SENHOR PREFEITO:

Através do presente, conforme pedido da Comissão de Justiça e Redação, a fim de instruir a tramitação do Projeto de Lei nº. 88/94 que "Dispõe sobre a desafetação de área de uso comum, sua integração à categoria de bens dominicais e sobre a outorga de concessão de direito real de uso, e dá outras providências", solicito os préstimos de Vossa Excelência em determinar ao setor competente o envio dos seguintes documentos: a) Cópia da escritura pública da área em questão; b) Mapa e memorial descritivo da área a ser desafetada.

Sem mais, valho-me do ensejo para apresentá-lhe os protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

[Handwritten signature of Juraci Florencio Pinto]
JURACI FLORENCIO PINTO
PRESIDENTE

AO EXMO. SR.

JOSÉ VICENTE ZEZITO FALCI

DD. PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IBIÚNA

N E S T A.



SECRETARIA

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

Fl. 11

CERTIDÃO:

Certifico que o presente da Comissão de Justiça e Redação solicitou oficialiar ao Executivo, autor do Projeto de Lei nº. 88/94, pedindo a juntada de documentos.

Certifico mais, referidos documentos foram solicitados ao Executivo através do Ofício GPC nº. 295/94 da presente data.

Ibiúna, 10 de outubro de 1994.

Amour Gabriel Vieira
Diretor de Divisão do Procc. Legislativo

APROVADO
CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA
Em 10 de 10 de 1994

REQUERIMENTO DE URGÊNCIA ESPECIAL.

Fls 12

Considerando que o Chefe do Executivo encaminhou à deliberação desta Casa de Leis os Projetos de Leis nºs. 86, 87 e 88/94.

Considerando que todos os projetos apresentados são im prescindíveis para o funcionamento da máquina administrativa.

Considerando que com os projetos em estudo procuram so lucionar os problemas com armazenamento de lixo, a concorrência para os serviços funerários e a construção e instalação do curso superior.

Considerando a urgência na aprovação dos referidos projetos para a posterior concorrência pública do proposto.

Diante do exposto requeremos à Mesa nos termos dos Artigos 131 e 132 e seus incisos do Regimento Interno, sejam os 'Projetos de Leis nºs. 86, 87 e 88/94 colocados em regime de urgência especial e incluídos para discussão e votação na Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala Vereador Raimundo de Almeida Lima, em 10 de outubro de 1994.

[Signature]

Emerto Pires de Oliveira

[Signature]
SANTO

[Signature]
Fátima

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

APROVADO
CAMARA MUNICIPAL DE IBIRUNA
Em 10 de 19 94
PRESIDENTE
1. SECRETARIO



CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

13
[Signature]

COMISSÕES

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº. 88/94

AUTOR:- CHEFE DO EXECUTIVO

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

RELATOR:- VEREADOR JOSÉ ALTEMIO FERNANDES BORGES

Dispõe sobre a desafetação de uso comum, sua integração à categoria dos bens dominicais e sobre a outorga de concessão de direito real de uso, e dá outras providências.

O Exmo. Sr. Prefeito Municipal apresentou o Projeto de Lei em epígrafe que visa a desafetação de área pública de 20.000 m²., para a instalação de curso superior.

É o relatório.

Justifica o Chefe do Executivo a grande conquista do Município, com a implantação de uma faculdade em Ibiúna. Sem sombra de dúvida o Projeto é de suma importância a conquista de um curso superior.

É o parecer.

O Projeto é legal e constitucional quanto a forma e autoria.

Ao plenário que é soberano em suas decisões.
Sala das Comissões Vereador João Mello, em 10 de outubro de 1994.

[Signature]
José Altemio Fernandes Borges

Relator-Pres. Comis. de Justiça e Redação.

[Signature]
Jair Cardoso de Oliveira - Vice-Presidente

[Signature]
Aparício Soares Carvalho - Membro.

[Signature]
Rauli Vieira Machado - Membro.



CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

COMISSÕES

PROJETO DE LEI Nº. 88/94

AUTORIA:- CHEFE DO EXECUTIVO

PARECER CONJUNTO

RELATOR:- VEREADOR SATIO TERAMAE

O projeto de Lei que visa a desafetação de área para a concessão de direito real de uso e dá outras providências quanto ao aspecto financeiro e orçamentário está apto a de liberação pelo Douto plenário.

As demais Comissões de Obras e de Educação também emitem parecer pela tramitação normal.

É o parecer.

Ao plenário que é soberano em suas decisões.

Sala das Comissões Vereador João Mello,
em 10 de outubro de 1994.

Satio Teramae
Satio Teramae

Presidente - Relator da Comissão de Finanças e Orçamento

José Vicente
José Vicente Falcí Filho - Vice-Pres.

Elizeu Dias de Oliveira-Membro

Fábio Bello
Fábio Bello de Oliveira

Pres. Comissão de Obras, Servs. Públicos e Ativs. Privadas

Paulo Dias de Moraes
Paulo Dias de Moraes - Vice-Pres.

Ernesto Pires de Oliveira
Ernesto Pires de Oliveira - Membro

Durval Pires de Camargo
Durval Pires de Camargo

Pres. Comissão de Educação, Saúde E Assistência Social

Roque José Pereira
Roque José Pereira - Vice-Pres.

Rauci Vieira Machado
Rauci Vieira Machado -Membro.



GABINETE

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

Fls 15
[Handwritten signature]

AUTÓGRAFO DE LEI Nº. 72/94

Dispõe sobre a desafetação de área de uso comum, sua integração à categoria de bens dominicais e sobre a outorga de concessão de direito real de uso, e dá outras providências.

JOSÉ VICENTE ZEZITO FALCI, Prefeito do Município de Ibiúna, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

ARTIGO 1º.- Fica desafetada do uso comum do povo e integrada na categoria dos bens dominicais, uma área pública com 20.000 (vinte mil) metros quadrados, situada no Bairro do Curral, deste Município, a qual deverá ser destacada de área maior, de propriedade do Município, devidamente transcrita sob nº. 3010, fls. 196 do Livro 3-D do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ibiúna.

ARTIGO 2º.- Fica o Executivo Municipal, através de concorrência pública, autorizado a transferir o uso da área desafetada pelo artigo anterior, mediante concessão de direito real de uso, com cláusula de exclusividade, à entidade que, na referida licitação, habilitar-se para implantação de estabelecimento de ensino superior, com as respectivas edificações observadas as seguintes condições mínimas:-

I - prazo máximo de 20 (vinte) anos, renovável por igual período;

II - intransferibilidade da concessão no todo ou em parte;

III - inalterabilidade da destinação das áreas objeto da concessão;

IV - início das obras de edificações no prazo máximo de 90 (noventa) dias a partir da lavratura do instrumento de concessão, e término no prazo máximo de 12 (doze) meses;

V - início dos cursos de ensino superior no prazo de um ano, contados da lavratura da concessão.

segue...02.

[Handwritten signature]



GABINETE

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

Fls 16

Autógrafo de Lei nº. 72/94 - fls...02.

PARÁGRAFO 1º.- Outorgada a concessão, fica a concessionária autorizada a fechar a área concedida, bem como a promover os atos necessários para consolidar o direito ora outorgado, que se consubstanciará após elaboração de planta e memorial descritivo, e lavratura de escritura pública de concessão.

PARÁGRAFO 2º.- As edificações destinadas a abrigar os cursos de ensino superior somente poderão ser iniciadas mediante prévia aprovação e expressa autorização da Prefeitura, e, uma vez edificadas, ficarão as obras incorporadas ao patrimônio do Município, independentemente de indenização ou compensação de quaisquer naturezas.

PARÁGRAFO 3º.- Do edital de concorrência e do respectivo instrumento de concessão constará obrigatoriamente cláusula, determinando que, se não iniciado o curso superior dentro do prazo de um ano, contados da lavratura do instrumento, a concessão ficará automaticamente rescindida, revertendo ao patrimônio do Município todas e quaisquer benfeitorias que, nesse prazo, tenham sido introduzidas no imóvel ora concedido.

ARTIGO 3º.- A concessionária, às suas expensas e enquanto vigorar a concessão, deverá:

I - guardar, conservar e aprimorar as áreas objeto da concessão;

II - urbanizar as áreas não utilizadas, mediante projetos aprovados pela concedente;

III - comunicar, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas de sua ocorrência, qualquer ato de esbulho ou turbção que tenha por objeto as áreas envolvidas pela concessão;

IV - permitir que os agentes públicos ingressem na área, objeto da concessão de direito real de uso, na prática normal de suas funções e fiscalização do cumprimento das condições da outorga;

v - providenciar a lavratura do instrumento de concessão no prazo de 30 (trinta) dias contados da sanção desta Lei;

segue...03.



CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE

Autógrafo de Lei nº. 72/94 - fls...03.

VI - satisfazer todas as despesas com a lavratura do instrumento e seu registro no cartório competente e dos demais atos que se fizerem necessários para o fiel cumprimento desta Lei.

PARÁGRAFO 1º.- Além das previstas nos incisos deste artigo, o concedente poderá, no instrumento de concessão, estabelecer outras obrigações, deveres e responsabilidades a cargo da concessionária.

PARÁGRAFO 2º.- Fica o Executivo autorizado a prestar serviços de terraplanagem e motonivelamento na área concedida, até o limite de 200 (duzentas) horas-máquinas, recolhidas pela concessionária as taxas respectivas aos cofres municipais.

ARTIGO 4º.- A concessão não libera a concessionária de qualquer obrigação, dever ou responsabilidade a que deva observarem razão de medidas legais ou jurídicas.

ARTIGO 5º.- Será aplicada à concessionária, pelo descumprimento de quaisquer das disposições desta lei ou do instrumento de concessão, a pena de rescisão, sem que lhe caiba quaisquer direitos e indenizações, seja a que título for.

PARÁGRAFO ÚNICO.- A pena a ser aplicada, referida neste artigo, será efetivada após esgotado o prazo de 5 (cinco) dias para defesa da concessionária, e desde que esta venha a ser considerada culpada.

ARTIGO 6º.- As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações próprias do orçamento vigente.

ARTIGO 7º.- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA, AOS 11 DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE 1994.

JURACY FLORENCIO PINTO
PRESIDENTE

DURVAL PIRES DE CAMARGO
1º SECRETÁRIO

JOSÉ VICENTE FALCI FILHO
2º SECRETÁRIO.



CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE

Ofício GPC nº. 297/94

Ibiúna, 11 de outubro de 1994.

SENHOR PREFEITO:

Através do presente, encaminho a Vossa Excelência o AUTÓGRAFO DE LEI Nº. 72/94, referente ao Projeto de Lei nº. 88/94 que "Dispõe sobre a desafetação de área de uso comum, sua integração à categoria de bens dominicais e sobre a outorga de concessão de direito real de uso, e dá outras providências", aprovado na Sessão Ordinária do dia 10 p. passado.

Sem mais, valho-me do ensejo para apresentar-lhe os protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,


JURACY FLORENCIO PINTO
PRESIDENTE

AO EXMO. SR.

JOSÉ VICENTE ZEZITO FALCI

DD. PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IBIÚNA

N E S T A.



SECRETARIA

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

Fls 19

CERTIDÃO:

Certifico que o Projeto de Lei nº. 88/94 recebeu Requerimento de Urgência Especial nos termos regimentais para inclusão na Ordem do Dia.

Certifico mais, colocado em discussão e votação nominal na Ordem do Dia da mesma Sessão o Requerimento de Urgência Especial foi aprovado por treze votos favoráveis, três contrários dos Vereadores Ivo Irineu Soares de Campos, Elizeu Dias de Oliveira e Roque José Pereira, e ausente o Vereador Jonas de Campos, e em virtude da aprovação do Requerimento de Urgência Especial foi apresentado o Parecer da Comissão de Justiça e Redação; e o Parecer Conjunto das Comissões de Finanças e Orçamento; Obras, Servs. Públicos e Atividades Privadas; e Educação, Saúde e Assistência Social.

Certifico ainda, colocado em discussão e votação nominal o Projeto de Lei nº. 88/94 foi aprovado na mesma Ordem do Dia por quatorze votos favoráveis, um contrário do Vereador Ivo Irineu Soares de Campos, e dois ausentes Vereadores Jonas de Campos e Jair Cardoso de Oliveira.

Certifico finalmente que em face da provação foi elaborado o Autógrafo de Lei nº. 72/94, encaminhado através do Ofício GPC nº. 297/94 da presente data.
Ibiúna, 11 de outubro de 1994.

Amador Gabriel Vieira
Diretor de Divisão do Procs. Legislativo